GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 552, DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, no uso de suas atribuições, conforme artigos 12, 90 inciso VI e artigo 116, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 5.023 de 17 de Julho de 2008 criou o Conselho Municipal de Habitação;
CONSIDERANDO que com as alterações legislativas ocorridas através da Lei Municipal nº 5.869 de 24 de Julho de 2017 houve alteração na composição original tratada no artigo 11;
CONSIDERANDO que o Art. 11, §4º, fixou o mandato dos membros em 02 (dois) anos, podendo haver recondução;
CONSIDERANDO que a nomeação dos conselheiros deve dar-se através de decreto municipal;
CONSIDERANDO que a última composição do conselho já se encontra com o mandato vencido;
CONSIDERANDO ata de assembleia realizada em 27 de novembro de 2019, devidamente convocada para escolha dos representantes, que acarretou na nova composição;
CONSIDERANDO que através do Ofício nº 003/2019/CC/SMDS a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social encaminhou a composição do Conselho Municipal de Habitação para o **biênio 2019-2021**;
CONSIDERANDO Ofício nº 176/2019 – PRE que encaminhou representante suplente do CREA para compor o Conselho Municipal da Habitação para o **biênio 2019-2021**;
CONSIDERANDO ser imprescindível a composição do conselho face sua finalidade;

DECRETA:

Art. 1º - NOMEAR PARA COMPOR, o Conselho Municipal de Habitação, os representantes governamentais e não governamentais, como segue:

I - Representantes Governamentais:
Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente

Titular	Suplente
Leandro Magno Lopes da Silva	Cláudio Quirino Custódio

Secretaria Municipal de Planejamento

Titular	Suplente
Cristiane das Graças Oliveira	Alexsandro Chaves Gomes

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular	Suplente
Maurilene dos Santos de Souza Queiroz	Alberto Lourdes de Queiroz

Secretaria Municipal de Fazenda

Titular	Suplente
Daniella de Fátima Silva	Alexandre Borges da Silva

Procuradoria Municipal

Titular	**Suplente**
Moacir Junior Rezende Pereira	Nayara da Silva Bitencourt

II - Representantes não governamentais:

Titular	**Suplente**
João Vicente Gomes (ASTCOL)	Silmara Ap. Barbosa (ASTCOL)
Mauro Moraes (FAMOCOL)	Elionito Aparecido da Silva (FAMOCOL)
Danielle de Fátima Cunha (SINDCONSTRUMONTI)	Olívia Vieira Assis (SINDCONSTRUMONTI)
Wallace Luiz C. Hoelzle (CREA)	Deusdete José Ferreira Filho (CREA)
Francis Maurice Hubert Mouton (Pro-Moradia)	Sérgio Wanderley Rezende (Pro-Moradia)

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário, entrando este decreto em vigor nesta data, **com efeitos retroativos a 01/12/2019**, sendo dado por publicado com sua fixação no quadro de divulgações dos atos da Administração e na forma da Lei.

Conselheiro Lafaiete, 22 de Janeiro de 2020.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

José Antônio dos Reis Chagas
Procurador Municipal

Conselho Municipal de HABITAÇÃO

RESOLUÇÃO 01/2021

O Conselho Municipal de Habitação – CMH, na forma do artigo 13°, item X da Lei 5.023, de 17 de julho de 2008, por meio de seu presidente, Sr. João Vicente Gomes, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que na Reunião Ordinária realizada em 27/01/2021, via online, houve concordância na aprovação da data limite das propostas para planejamento e calendário 2021.

Resolve:

I– Aprovar a data do dia 03 de fevereiro de 2021, para apresentação das propostas para planejamento e calendário 2021.

II – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Conselheiro Lafaiete – MG, 27 de janeiro de 2021.

João Vicente Gomes
Presidente
Conselho Municipal de Habitação

Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete :: Canais de comunicação

Prezadas, boa tarde!
Criamos, após aprovação pelos conselheiros em reunião ordinária, uma página no Facebook e um e-mail para o Conselho de Habitação, com o objetivo de divulgarmos assuntos pertinentes à população e, também, termos um canal de comunicação direta com os interessados.
A página tem o nome de **Conselho de Habitação de Cons. Lafaiete** e o e-mail é o **conselhohabitacaocl@gmail.com**. Se for possível divulgar estas iniciativas, eu, em nome dos demais membros do conselho, agradeço.
Também, se tiverem alguma ideia de conteúdo a divulgar, podem nos passar, por meio do referido e-mail, que faremos a divulgação.
Desde já, muito obrigada!
Cordialmente,
Danielle Cunha

Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete/MG
Mandato 2020-2021

Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de janeiro de 2021

Reuniram-se em plataforma da Internet, das 9h às 11h, para esta que foi a primeira reunião do ano de 2021, os conselheiros João Vicente, Maurilena, Leandro, Sérgio e Danielle, e os convidados Ana (Casa dos Conselhos), Damires Rinarlly (vereadora), Tamara (assessora parlamentar de Damiris), Rafael Henrique (assessor jurídico da vereadora), Wanderson Martins (coletivo Lafamob), Rogério (movimento Permalafa) e Goretti (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). A pauta definida – aprovação das atas do exercício 2020, informes, aprovação de resolução sobre planejamento e calendário para 2021, foi apresentada pelo presidente do Conselho, seguido da apresentação das atas, feitas pela secretária, conselheira Danielle. Foi informado que os conselheiros deveriam comparecer à Casa dos Conselhos para assinatura do documento. No momento dos informes, e porque a reunião contava com a participação de representantes da Câmara Municipal, Leandro se apresentou e falou de seu trabalho como diretor do Departamento de Habitação. Discorreu sobre a Lei da Reurb (Lei Federal nº 13.465/2017), que a prefeitura tem adotado, sobre o andamento do que chamou de projeto piloto de regularização fundiária no município, em andamento no núcleo Nossa Senhora da Guia, atualmente em processo de credenciamento, e sobre o plano de que o próximo núcleo a ser regularizado seja o Triângulo II. A respeito deste assentamento, foi afirmado pelo técnico da prefeitura, bem como pela Cemig e Copasa, a inexistência de parâmetro técnico que impeça a instalação de infraestrutura para seus moradores. Outro informe foi o de que Maria Aparecida, moradora do Triângulo II, ocupará a posição deixada em aberto no Conselho, em função do falecimento do sr. Mauro. A seguir, João comentou sobre o programa federal Casa Verde e Amarela, apontando a relevância de os conselheiros informarem-se sobre tal política. Maurilena, então, se apresentou, falou de sua saída do CMH, e comentou, a respeito da regularização fundiária no município, a falta de uma política concreta. Passou-se à fala dos convidados, em que Tamara e Rafael apresentaram-se e colocaram-se à disposição do Conselho. Damiris também se colocou à disposição, informou os canais de contato de seu gabinete, ressaltando a importância da comunicação entre a Câmara e os Conselhos, bem como daquela com movimentos municipais, como é o Permalafa. Rogério, que foi convidado pela vereadora, apresentou-se e discorreu sobre a importância da sustentabilidade, e sobre o objetivo da Permalafa, em tornar Lafaiete uma microrregião sustentável. Wanderson, do Lafamob, coletivo que visa exercitar o engajamento e empoderamento juvenil, falou sobre a participação popular e a importância da formação política para que isto ocorra. Leandro falou sobre o geoprocessamento que está sendo feito no município e João informou a respeito do espaço que o CMH terá na Tribuna Popular, da Câmara Municipal, agendado para o dia 04 de fevereiro. Neste momento da reunião, Damiris e os assessores saíram, porque tinham outro compromisso. Após, João falou sobre a proposta de planejamento e calendário para o ano corrente e Ana fez a leitura da resolução que informava a data limite de apresentação de propostas dos conselheiros para o referido planejamento, definida como o dia 03 de fevereiro próximo. A resolução foi aprovada pelos presentes e Goretti, que neste momento entrou na sala virtual de reunião, apresentou-se. A assistente social vai substituir a Maurilena como representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Conselho. João falou sobre as próximas reuniões do CMH, nas quais teremos a presença do prefeito, do secretário de obras e de planejamento e das pautas para tais reuniões, que incluirão: 1) solicitação sobre obrigatoriedade de repasses para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, 2) emendas do orçamento impositivo, 3) fortalecimento do Departamento de Habitação (observando que a abertura das vagas para as estagiárias que auxiliam o trabalho deste departamento atualmente tiveram participação do CMH), 4) aprovação de anteprojeto para o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, 5) a questão da formação para os conselheiros e 6) ligação entre o CMH e o Conselho de Planejamento Urbano. Ainda conforme João Vicente, a respeito do Triângulo II, na reunião com representantes do poder executivo municipal será colocado sobre a necessidade de uma reunião de conciliação entre os atores envolvidos, entre os quais, a COHAB, prefeitura, adquirente do terreno, moradores. Ademais, ainda sobre a reunião, o presidente do Conselho falou também que será preciso cobrar do executivo a efetivação da parceria com a Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Com a concordância dos membros a respeito dos supramencionados tópicos componentes da pauta para a reunião com membros do executivo municipal, João e Maurilena passaram ao debate a respeito da crescente violência e falta de união dos moradores do Triângulo II, seguido do debate entre Sérgio e Rogério sobre crise sanitária no município, e da fala de Wanderson (transmitida por Rogério pois aquele precisou se retirar da reunião), sobre a importância da participação do CMH no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, após a qual a reunião foi encerrada. Sem mais para o momento, eu, Danielle de Fátima Cunha, lavro a presente ata que, após lida, será assinada pelos presentes.

Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete/MG
Mandato 2020-2021

Ata da Reunião Extraordinária do dia 02 de fevereiro de 2021

Participaram desta reunião remota, realizada entre as 10h e 20min e as 11h e 30min, os conselheiros municipais João Vicente, Leandro, Wallace e Danielle e, como convidados, representantes do Poder Executivo Municipal, o prefeito, Sr. Mário Marcus, e os servidores Vagner (Assistência Social) e Cláudio. O presidente do Conselho abriu o encontro apresentando a pauta, que havia sido aprovada na reunião ordinária do CMH em janeiro. A seguir, Leandro passou aos informes, abordando a reunião da qual tomou parte, na Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Houve mudança de coordenação na instituição, e eles estão formalizando o convênio, que trará assessoria jurídica para fins de regularização fundiária para o poder público. O processo de regularização do núcleo Nossa Senhora da Guia está em processo de emissão de CRF (Certidão de Regularização Fundiária) e ele e o fiscal da Secretaria de Obras e Meio Ambiente, Aloísio, estão fazendo as visitas na comunidade às sextas-feiras. O processo de regularização do núcleo Maninha Junqueira está tramitando junto ao Departamento de Meio Ambiente, para análise da interferência do assentamento em uma área de preservação permanente local. Por sua vez, o núcleo Dona Rosa Dutra aguarda parecer da Defesa Civil, acerca de uma voçoroca no terreno. O diretor de habitação também informou que está estudando sobre o programa federal Casa Verde e Amarela, e se inscrevendo em editais federais de apoio à regularização fundiária. Outros conselheiros fizeram breves colocações acerca dos informes de Leandro e João Vicente levantou o assunto da audiência conciliatória para a regularização do Triângulo II. Aproveitou para lembrar, também, que este é o ano de revisão do Plano Diretor Municipal. Passou a palavra a Cláudio, que nos informou sobre o andamento do processo de revisão do referido plano. Disse tratar-se de um projeto mais amplo, que envolve elaboração do plano de mobilidade e revisão do conjunto da legislação urbanística municipal. Está em finalização o plano de referência, e haverá contratação de empresa de consultoria, sendo fundamental a atenção para a aplicabilidade do plano. Não fez comentários sobre a participação popular nesse processo. Lembrou que este ano também deverá ser elaborado o PPA e que é fundamental a busca de alternativas para "fazer muito com o pouco que temos". Após, João reforçou a necessidade de formalização do repasse de recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Ele defende que 0,1% do orçamento municipal de 2021 seja destinado ao fundo e que, até 2030, o repasse seja de 1% do orçamento anual. A seguir, o prefeito, Sr. Mário Marcus tomou a palavra, para comentar sobre a parceria com a Faculdade de Direito e informar que o FMHIS já fora criado. Falou também sobre a importância de trazer José Silvestre para participar das reuniões do Conselho de Habitação. João, então, perguntou sobre a possibilidade de mais reuniões com representantes do Poder Executivo (bem como do Legislativo), e argumentou sobre a necessidade de se criar o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social e de fortalecer o Departamento de Habitação. O prefeito, então, respondeu que uma nova reunião poderia ser, sim, marcada e que nesta gestão eles reestruturariam a Secretaria de Planejamento, na qual está incluído o referido departamento. O conselheiro Wallace falou de seu interesse em participar dos processos de revisão da legislação, aos que o Sr. Mário Marcus respondeu que tais processos teriam espaço para participação. Vagner tomou a palavra e informou que, no próximo dia cinco haverá reunião de planejamento da destinação de recursos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), e que ele levará para este encontro as colocações feitas aqui, e que haverá aporte de recursos para a habitação. De acordo com Vagner, a função da SMDS é estudar a população e, também, trabalhar com iniciativas como o aluguel social, uma medida paliativa, porém necessária. Também falou sobre o Plano Municipal de Habitação e da necessidade de nosso Conselho estar atento a esse documento. João solicitou que Vagner levasse à SMDS um pedido de reunião com o CMH, para debater a revisão do referido plano, cuja versão atual foi elaborada em 2016. A seguir, Wallace discorreu sobre a necessidade de participação popular na construção do Plano Diretor, não bastando haver consultoria. Ademais, para o engenheiro, os técnicos que trabalham no município deveriam ter acesso ao sistema georreferenciado municipal. Leandro esclareceu que a contratação de empresas de consultoria é para que elas exerçam um papel de guiar o processo de elaboração de planos, não para elaborá-lo. Comentei, a respeito deste momento de revisão da legislação urbanística, sobre a necessidade de reflexão crítica a respeito dos instrumentos urbanísticos, realçando o instrumento de área permeável, muitas vezes ignorado pelos construtores, a despeito de sua importância no equilíbrio da drenagem urbana. Terminados os comentários, os conselheiros presentes marcaram sua reunião ordinária de fevereiro para o dia seguinte, com os seguintes tópicos na pauta: discussão sobre a reunião de hoje e planejamento das ações do Conselho Municipal de Habitação para 2021. Sem mais para o momento, eu, Danielle de Fátima Cunha, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete/MG
Mandato 2020-2021

Ata da Reunião Ordinária do dia 03 de fevereiro de 2021

Participaram dessa reunião remota, realizada às 9h, pelo aplicativo Zoom, os conselheiros Wallace, Maria Aparecida, Goretti, João Vicente, Leandro e Danielle. A pauta foi elaboração do planejamento do Conselho para este ano. De início, Leandro aproveitou a ocasião para atualizar Maria Aparecida, moradora do Triângulo II, sobre o andamento da regularização do bairro. Conforme o diretor de habitação, está em elaboração o termo de referência para a parceria com a FDCL. O fornecimento de água e eletricidade será possível resolver e o laudo ambiental será feito pelo Departamento de Meio Ambiente. Leandro ressaltou a importância da união da comunidade, para a conquista de seus direitos. João Vicente disse que poderia ser feita outra reunião para tratar especialmente dos assuntos do bairro, sugerindo que fosse feito um encontro on-line, no mês de março, convidando o jurídico municipal (promotoria, procuradoria, defensoria), bem como o proprietário do terreno onde está o núcleo do Triângulo II, sugestão aprovada pelos demais presentes. A seguir, o presidente procedeu à leitura do Plano de Ação do CMH para 2019, no qual constavam: revisão da Lei do FMHIS e do Regimento Interno do Conselho e do Plano Decenal de Habitação, anteprojeto do SMHIS, fiscalização de entidades, fortalecimento do FMHIS e do Departamento Municipal de Habitação, e elaboração de um banco de terras, um banco de dados que inclua as áreas de propriedade do município, para o qual o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é de grande importância. Outro eixo presente no Plano de 2019 é a situação normativa do município, sua legislação urbanística, que precisa de revisão. João avisou que na próxima semana ele falaria na Tribuna Popular do município, e que acolheria sugestões dos conselheiros. Leandro aproveitou para ressaltar que, a seu ver, a questão central das ações do Conselho deve ser, hoje, a regularização fundiária. Wallace questionou se o mapeamento feito da cidade poderia ser disponibilizado para a população. Após tais discussões, os conselheiros concordaram em utilizar os pontos do Plano de 2019 que ainda não foram alcançados, para compor o Plano de 2021, e João Vicente ficou incumbido de enviar o Plano de 2019 para as assessoras do Conselho, para que seja formatado o Plano de 2021. A seguir, ficou definido pelos presentes o horário das 9h, às primeiras quartas-feiras de cada mês, para as reuniões ordinárias do grupo. Abordamos a questão do programa federal Casa Verde e Amarela, sobre os quais os membros do CMH precisam tomar conhecimento, e que será assunto de uma *live* (transmissão ao vivo pela Internet) a ser feita em breve. Discutiu-se a relevância de se criar um perfil em rede social para o Conselho, foi determinada a criação de uma página no Facebook e uma conta de e-mail, sob responsabilidade da secretária do Conselho, com prazo estipulado para o início de março, e a reunião foi encerrada. Finda a reunião, eu, Danielle de Fátima Cunha, lavrei esta ata que, após a leitura, será assinada pelos participantes.

Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete/MG
Mandato 2020-2021

Ata da Reunião Ordinária do dia 03 de março de 2021

Reuniram-se nessa data, em plataforma da Internet, os conselheiros João Vicente, Leandro, Danielle, Maria Aparecida, Elionito e Wallace, bem como os convidados Cláudia Reis (Defensoria Pública), Daniel Coelho (Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente – SMOMA), Paula (Diretoria Municipal de Meio Ambiente), Maurilena (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS), Prof. Sérgio e Prof. Ilder (Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete – FDCL), Dr. Glauco Pelegrino (Promotor de Justiça da Comarca), o advogado Dr. Arnaldo Pena e o arquiteto Jean, para debaterem acerca do bairro Triângulo II. Abrindo a reunião com a apresentação da pauta e uma breve fala sobre o bairro, João Vicente informou sobre convidados não presentes, advogados que possuem processos no bairro e representante da COHAB, e passou às apresentações individuais. Leandro iniciou, abordando o trabalho desenvolvido no Departamento de Habitação e, sobre o Triângulo II, informou que já foi feita análise socioeconômica, pela SMDS, e a demarcação urbanística. Estão em processo de negociação do convênio para assistência técnica da FDCL. Passou a palavra à Maurilena, que abordou as questões sociais relevantes no bairro e a situação de violência, fala que foi seguida e complementada pela de Elionito, que descreveu a precariedade da infraestrutura do local, de onde é morador: falta de saneamento básico (água fornecida por caminhão-pipa uma vez na semana e esgoto a céu aberto) e de policiamento, pessoas não-moradoras do bairro que cometem delitos no local, manchando a reputação dos moradores. A iluminação/energia é feita com velas e geradores a gasolina (há relatos de incêndio), e alguns residentes conseguiram adquirir placas solares. Houve também um aumento do número de moradores no bairro, que acaba pressionando a organização atual da comunidade. A seguir, Jean, que desenvolve pesquisa e assessoria na comunidade, falou da importância da articulação entre o Conselho e o Ministério Público. Falou da ansiedade dos moradores pela regularização, que vem acompanhando desde 2019 e que, do ponto de vista técnico, ele considera o bairro como área em processo de consolidação da ocupação, não sendo viável a retirada das sessenta famílias de lá. Paula disse que, no tocante ao aspecto ambiental, a regularização da área não possui entraves preocupantes e que, enquanto Diretora de Meio Ambiente, atuará nos estudos ambientais das poucas casas que estão em área de APP, e que, por tratar-se de Reurb-S, não haverá repasse do custo dos trabalhos aos moradores. A seguir, Daniel falou da dificuldade que os fiscais da SMOMA têm quando vão ao local executar algum serviço (de interdição, por exemplo), uma vez que recebem ameaças de pessoas que chegaram recentemente ao núcleo, o que reflete a necessidade de articulação entre os fiscais, cujo papel é controlar a expansão do núcleo informal, e os moradores. Dr. Glauco esclareceu que há uma liminar sobre a contenção do aumento do núcleo e é dela que vem o trabalho dos fiscais, e que também existe uma ação judicial questionando a venda do terreno, efetuada pela COHAB. Entretanto, o pagamento pela transação já foi feito, de forma que, para dar prosseguimento à Reurb, deve 1) contar com a anuência dos proprietários ou 2) a prefeitura desapropria e paga o valor do terreno aos atuais adquirentes ou, ainda, 3) a COHAB devolve o dinheiro aos adquirentes, desfaz-se a venda, e o terreno é doado à prefeitura. É essa última alternativa a mais adequada, na visão do Promotor de Justiça. Dr. Arnaldo Pena, advogado que cuida de processos de moradores do bairro, falou a respeito do laudo de risco de ocupação, do engenheiro Carlos Beato, que indica ser viável a manutenção da população no local. Para o advogado, é fundamental que a população auxille a prefeitura na fiscalização, sendo que o órgão público pode, inclusive, solicitar o apoio da Polícia. Também afirmou ser fundamental a reunião de conciliação na qual deverão comparecer representante da COHAB e os adquirentes, a ser marcada pela Juíza de Direito, Dr. Célia. Maria Andrade Freitas Corrêa. A fala, a seguir, foi do Prof. Ilder, argumentando que, tendo o arrematante, no momento da aquisição do terreno, ciência da presença dos moradores, e apesar da necessidade de um acordo entre as partes, este arrematante pode ser chamado a assumir a responsabilidade social a respeito do núcleo. Discorreu um pouco mais sobre a situação jurídica do município e, a seguir, teve seu argumento questionado pelo Dr. Glauco, que falou da complexidade jurídica do processo e que não vê como responsabilizar o arrematante, que jamais exerceu as prerrogativas de proprietário, sendo a conciliação o caminho a ser seguido. Então, João Vicente falou sobre o papel da COHAB na questão. Para o presidente do Conselho, a venda foi feita pela necessidade de caixa na companhia e que ela é a principal responsável, já que colocou à venda o terreno, sabendo da presença de moradores no local. Retomando a fala do Dr. Arnaldo, Daniel disse que há um problema em se trabalhar com a policiais é que, caso eles acompanhem os fiscais uma vez, estes precisaram de apoio

policial em todas as visitas ao local. Ademais, observou que a prefeitura não pode cercar a área (como medida para conter o aumento do núcleo), porque trata-se de área privada. Seguiu-se uma conversa entre o Diretor de Obras e o Dr. Glauco, a respeito das obrigações do município e do proprietário. Na visão do Promotor, o município não tem cumprido suas obrigações de fazer valer a lei urbanística. A reunião seguiu com outras colocações a respeito do processo de regularização e seus entraves e eu, que escrevo esta ata, tive que me retirar. Dessa forma, observo, para encerrar esse relato, que essa reunião foi um relevante momento de diálogo entre os diferentes atores envolvidos com a temática "Triângulo II", que tem sido reiteradamente retomada pelo CMH. Foi uma oportunidade de um saber como está o andamento e quais são as opiniões do outro, colocando lado a lado as diferentes abordagens da mesma questão, para formação de um panorama geral. Um ponto em comum das diferentes falas, ao qual cabe destaque, é a necessidade da reunião conciliatória entre COHAB, arrematante, moradores, prefeitura e Ministério Público, para prossegulmento da regularização do Triângulo II, tanto em seu aspecto legal quanto urbanístico (aspectos interdependentes de uma mesma múltipla questão). Sem mais para o momento, eu, Danielle de Fátima Cunha, lavrei esta ata que, após leitura, será assinada pelos presentes.

Cunha

Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete/MG
Mandato 2020-2021

Ata da Reunião Ordinária do dia 07 de abril de 2021

Reuniram-se pela plataforma *Google Meet*, das 9h às 10h e 30min, os conselheiros João Vicente, Maria Aparecida, Wallace, Danielle e Olívia, e a convidada Maurilena (SMDS), em reunião com pauta livre. Discutiu-se, inicialmente, a respeito dos problemas apresentados pelo sistema de transporte público municipal. Após, o presidente do Conselho passou aos informes: o documento enviado à Juíza Dr. Zélia, acerca do Triângulo 2, ainda não teve resposta e a reunião dos conselheiros na Câmara Municipal foi adiada, em função da pandemia. João Vicente aproveitou a ocasião para convidar os participantes a fazerem o curso de extensão "Cidade e Autogestão", promovido pela Unifesp e, após, sugeriu que debatêssemos a respeito da criação de um banco de terras do município, discorrendo sobre a iniciativa. Maurilena questionou a respeito do andamento da regularização fundiária no município, que caminha a passos lentos. A seguir, João e Maurilena falaram um pouco a respeito da perda de recursos vindos de programas federais, Papel Passado e Minha Casa Minha Vida, pelo município, pela falta de envio de documentos e do agravamento da situação no contexto da pandemia de Covid, passando-se a outro assunto relacionado, o aluguel social (auxílio moradia). A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) tem recebido muitos pedidos de auxílio para despesas de aluguel, e tem atendido como pode, mas que enfrenta problemas pela falta de uma fundamentação legal específica para o referido benefício. Os assistentes sociais usam como respaldo legal para conceder o benefício, atualmente, a Lei Municipal nº 5153/2009, a Lei Maria da Penha, o Estatuto do Idoso e o da Criança e do Adolescente, e é analisado caso a caso. A seguir, passou-se a palavra a outros participantes e a conselheira Danielle falou a respeito da página no Facebook, criada para ser um canal de informação e comunicação do CMH com a população. Ficou combinado que todos poderiam indicar conteúdo a ser publicado, que teriam a curadoria da secretária do Conselho. Wallace aproveitou para sugerir que se apresente os membros do CMH no Facebook, sugestão aceita pelos demais. Ao fim da reunião, João sugeriu que o CMH encaminhasse ofício ao Vagner, da SMDS, solicitando mais informações acerca do aluguel social no contexto de pandemia, ação que foi aprovada pelos membros participantes e que também pode servir no momento de criação do banco de terras. Terminada a reunião, eu, Danielle de Fátima Cunha, lavrei esta ata, que será assinada pelos presentes, após sua leitura.